



Senadores debatem com José Alencar (centro, ao lado de Tião Viana) na sala de reuniões da Presidência do Senado

José Alencar defende CPMF, mas não convence oposição

O presidente da República em exercício esteve ontem no Senado expondo os argumentos do governo para prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. No Plenário, parlamentares

alternaram-se em discursos contra e a favor da prorrogação. Um grupo de senadores poderá se reunir na próxima semana com o presidente Lula para dar continuidade às discussões sobre o tema. **Páginas 2 e 7**

Senadores aprovam a fidelidade partidária

Por unanimidade, o Plenário aprovou ontem proposta de Marco Maciel que assegura aos partidos a titularidade dos mandatos no Legislativo e no Executivo. Os senadores votaram ainda diversas matérias, como MPs que abrem créditos extraordinários de R\$ 7,52 bilhões para diversos projetos; o Pronasci (programa de segurança pública); e mudança no Fies (fundo de financiamento estudantil). **Páginas 3 e 4**

Comissão de Justiça cria regras para sabatinar indicados a cargos públicos

Proposta aprovada ontem visa garantir adequado exame das indicações de autoridades feitas pelo presidente da República. **Página 5**

Projeto obriga telefônicas a oferecer atendimento em loja

Visando acabar com os abusos das centrais de atendimento das empresas telefônicas, a Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou, em

decisão terminativa, proposta de César Borges exigindo que as operadoras ofereçam atendimento presencial a seus clientes. **Página 6**



Wellington Salgado (E) preside reunião da CCT que aprovou proposta para coibir abusos

Relatores pedem mais prazo para emitir pareceres

Os relatores dos três processos que tramitam no Conselho de Ética contra Renan Calheiros consideraram curto o prazo estipulado – até 2 de novembro. **Página 6**



Na reunião do Conselho de Ética, Tuma (E), Jefferson, Quintanilha e João Pedro



O presidente em exercício e o ministro Mares Guia estiveram ontem no Senado para apresentar as razões do governo em favor da prorrogação da CPMF

José Alencar abre discussão com senadores sobre a CPMF

Um grupo de senadores poderá reunir-se na próxima semana no Palácio do Planalto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para dar continuidade às discussões sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A sugestão foi feita ontem pelo presidente em exercício, José Alencar, que esteve no Senado para falar das razões do governo para a prorrogação do imposto.

– Estamos aqui para dialogar com o Senado e não para impor ou ameaçar – afirmou José Alencar. No momento, o governo não pode abrir mão da CPMF nem reduzir a alíquota, disse.

De acordo com a líder do



Mares Guia (E), Augusto, Viana, José Alencar, Simon e Cristovam: governo quer conversar

bloco governista, Ideli Salvatti (PT-SC), “não é possível mexer no imposto neste momento, mas talvez em várias outras questões sim, como, por exemplo, a isenção da própria CPMF para uma determinada faixa, a redução das alíquotas desse imposto para 2008 e a desoneração da folha de

pagamentos e outros produtos que possam representar avanços para a economia”.

Já o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, elogiou a proposta do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), de votar a prorrogação do tributo até 20 de dezembro.

“Cabe ao Legislativo definir as regras da fidelidade partidária”

O presidente interino, Tião Viana, anunciou ontem de manhã que o Senado votaria a proposta normatizando a fidelidade partidária, como resposta do Legislativo à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de exigir a fidelidade partidária dos ocupantes de cargos majoritários – presidente da República, governadores, senadores e prefeitos.

– O TSE está legislando, infelizmente, em razão da omissão do Parlamento. Nós temos o dever de rever esses procedimentos, de atualizar a legislação no que diz respeito à reforma política. E eu entendo que essa preocupação felizmente faz parte agora da agenda dos líderes no Senado. Então, deveremos começar a dar

respostas a isso, votando proposta de emenda à Constituição que estabelece exatamente os termos da fidelidade partidária – afirmou o presidente interino do Senado.

Tião Viana minimizou o impacto que a decisão do TSE deve ter sobre o Senado, agora que os partidos podem reivindicar os mandatos de quem migrou de legenda.

– Eu penso que nós vamos ter toda a oportunidade de legislar e estabelecer com clareza o que é a decisão do Poder Legislativo sobre a lei. Eu entendo que essa atribuição é uma prerrogativa exclusiva e necessária do Poder Legislativo no desenho do Estado republicano – disse.

A proposta foi aprovada ontem à noite. (Veja na página 4)

Argumentos não convencem a oposição

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), e o líder do DEM, José Agripino (RN), primeiros senadores a deixarem a reunião com José Alencar, declararam que os argumentos do governo pela prorrogação da CPMF não os convenceram. Participaram do encontro presidentes das comissões e dos líderes partidários. José Agripino disse que a reunião serviu para oxigenar a relação do Executivo com o Legislativo, mas rejeitou pressões para que a prorrogação da CPMF seja votada até o fim do ano.

– O Senado tem o direito de debater a matéria e o regimento será respeitado – afirmou Agripino.

Para Alvaro Dias, governo federal e Congresso Nacional concordam que a CPMF não é o melhor dos tributos, só que o governo quer mantê-la, e o senador entende que o contribuinte pode ficar livre do imposto.

Tião Viana faz avaliação positiva de encontro

O presidente interino Tião Viana disse que a reunião entre presidentes das comissões permanentes, líderes partidários da base do governo e da oposição e o presidente da República em exercício, José Alencar, foi positiva e propiciou a afirmação das convicções políticas de todos os participantes sobre a prorrogação da cobrança da CPMF.

Viana fez essa avaliação pouco antes de o senador dar início às votações ocorridas ontem em Plenário.

– O presidente José Alencar foi atencioso e valorizou muito o Senado, demonstrando sua confiança de que a Casa vai achar uma saída para essa equação tão difícil que é reduzir a carga tributária respeitando o equilíbrio orçamentário – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Em pauta, atribuições do Cade e sistema financeiro

Sessão deliberativa com início às 14h. Entre os itens que trancam a pauta, está o projeto que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no sistema financeiro nacional.

Na CRE, regras para trabalho no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 10h para votar 15 itens, entre eles projeto que estende a todas as empresas as normas previstas na lei que trata de contratos dos trabalhadores de empresas prestadoras de serviço no exterior da área de engenharia.

CMO realiza debate com Paulo Bernardo

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se em audiência pública para debater o projeto de lei de Orçamento para 2008 (PL 30/07-CN). O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, foi convidado para discutir o assunto com os parlamentares.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Magno Malta e Papaléo Paes

Plenário manteve ontem o ritmo de votações de terça-feira, aprovando vários projetos que obstruíam a pauta e são de interesse do governo

Senado aprova o Programa Nacional de Segurança Pública

A criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) também foi aprovada pelos senadores na sessão de ontem, após intenso debate (*leia abaixo*). A iniciativa está prevista no projeto de lei de conversão (PLV 32/07) proveniente da Medida Provisória 384/07, que retornará à Câmara por ter sido alterada no Senado.

A medida, relatada pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), prevê investimentos de R\$ 7,1 bilhões até 2011 em ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade juntamente com a implantação de políticas sociais. O objetivo é atuar

nas raízes socioculturais da violência.

O programa deverá ser executado pela União em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios. Contará ainda com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. Estão previstas a promoção dos direitos humanos; a criação de redes sociais e comunitárias; a promoção da convivência pacífica; a modernização das instituições e do sistema prisional; e a valorização dos profissionais de segurança pública.

Em longo e intenso debate, projeto é criticado pela oposição

A votação do projeto de lei de conversão que cria o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi antecedida por intenso debate em Plenário.

Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou os propósitos do Pronasci e disse que o programa atende a um interesse político-partidário. Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o *marketing* embutido em nomes como “Mães da Paz”, parte do Pronasci.

– Se o governo Lula fosse bom em governar como faz siglas, seria um bom governo – ironizou.

Para Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto “é um tiro n’água e o resultado será patético”. José Agripino (DEM-RN) afirmou tratar-se de medida do “país dos coitadinhos”.

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu o projeto e disse que o programa Reservista Cidadão é uma nova cultura de valorização do jovem. Ele assegurou que a população passará a ser protegida por políticas públicas específicas e lembrou que o projeto voltado para jovens em situação de risco inspirou-se em programa colombiano de sucesso. Para Mercadante, o Pronasci vai ao encontro do pacote de segurança pública aprovado pelo Senado. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) salientou que tramitam na Câmara outros seis projetos que complementam o Pronasci.

Também debateram a proposta Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), Mão Santa (PMDB-PI), José Nery (PSOL-PA) e Marconi Perillo (PSDB-GO).



Lideranças partidárias entraram em acordo e votaram a liberação de créditos orçamentários para programa de crescimento

Plenário acata medida que destina R\$ 6,3 bilhões para o PAC

A medida provisória (MP 381/07) que destinou R\$ 6,33 bilhões ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi aprovada pelo Senado. O Plenário rejeitou o projeto de lei de conversão (PLV 30/07), com as emendas feitas pela Câmara dos Deputados à MP original. Com isso, a medida volta à análise dos deputados.

Do valor total, R\$ 6 bilhões serão destinados à execução de investimentos e ações de governo, especialmente em infra-estrutura. Parte dos recursos serão alocados em projetos do PAC envolvendo os seguintes órgãos da administração pública federal: Secretaria

Especial de Portos da Presidência da República e ministérios dos Transportes, de Minas e Energia, da Integração Nacional e das Cidades; R\$ 324 milhões servirão para investimentos em empresas estatais. A idéia é evitar atrasos em cronogramas e a descontinuidade de obras que já estão em andamento.

Na noite da última terça-feira, a votação da matéria teve de ser adiada porque o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), questionou a distribuição dos recursos. Ele indagou, especialmente, por que a MP destinava recursos a obras no aeroporto de Macapá, sob responsabilidade da

Gautama, empreiteira envolvida em fraudes em licitações. O líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), também levantou dúvidas sobre recursos destinados ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), que também teve inúmeras obras consideradas irregulares em relatório do Tribunal de Contas da União.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu verificação de quórum, insatisfeito com o fato de o Piauí não ter sido incluído na proposta. Mas telefonema do ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, ao senador pôs fim ao impasse e permitiu a votação.

Saneamento e rodovias recebem R\$ 1,2 bilhão

Os programas de saneamento e de obras e serviços de manutenção de rodovias geridos por vários ministérios devem receber crédito extraordinário de R\$ 1,19 bilhão, transferidos do superávit financeiro obtido pelo governo em 2006, de acordo com a MP 382/07.

A medida foi aprovada com modificações – como Projeto de

Lei de Conversão 31/07. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou ter rejeitado dispositivo aprovado pela Câmara que retirava dos setores calçadista e moveleiro R\$ 58 milhões, a título de desconto de financiamentos concedidos a essas indústrias.

– Estou repondo o que a Câmara tirou – justificou.

Pela proposta, R\$ 40 milhões destinam-se à reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), enquanto R\$ 855 milhões serão aplicados em obras de infra-estrutura urbana em projetos de habitação e saneamento. O programa de manutenção da malha rodoviária receberá R\$ 142 milhões.

Estudantes terão financiamento integral pelo Fies

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 5/04, que permite o financiamento total do valor da mensalidade com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), inclusive para cursos de mestrado e doutorado. O limite atual para o financiamento é de 50% da mensalidade.

– Em 2006, quase 4 milhões de jovens concluíram o ensino médio e, desses, 90% vêm das escolas públicas. As mudanças no Fies são uma exigência da sociedade brasileira – destacou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto altera a Lei 10.261/01, que instituiu o Fies, e inclui itens

como a obrigatoriedade de desempenho mínimo dos cursos universitários e dos estudantes, com risco de desvinculação caso não sejam avaliados positivamente nos exames aplicados pelo Ministério da Educação.

Os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também poderão entrar no pagamento do financiamento do Fies.

Senado legaliza 186 cargos em comissão criados pelo TRT

O Plenário aprovou ontem projeto que legaliza 186 cargos comissionados relacionados a juntas de conciliação criados há 14 anos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, no Rio Grande do Norte. A proposta (PLC 66/07) foi apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O senador José Agripino (DEM-RN) disse que não haverá aumento dos gastos públicos, pois há anos os pagamentos fazem parte do orçamento do tribunal.

O projeto, que teve parecer favorável de Demostenes Torres (DEM-GO), foi enviado à sanção presidencial.

Substitutivo de Jereissati a PEC de Maciel recebe elogios de diversos senadores, que destacam importância de o Legislativo comandar a reforma política

Em decisão unânime, senadores aprovam fidelidade partidária

Os senadores aprovaram ontem substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), que assegura aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e dos mandatos de cargos eletivos do Poder Executivo. O projeto (PEC 23/07), que altera os artigos 17 e 55 da Constituição federal, segue agora para exame da Câmara.

Na votação em primeiro turno, 56 senadores votaram a favor do projeto, nenhum votou contra e nenhum se absteve. Na votação em segundo turno, foram 58 votos favoráveis, sem votos contrários ou abstenções.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que assegura aos partidos políticos a titularidade dos mandatos dos parlamentares e de membros do Executivo eleitos sob sua sigla, determinando a perda do mandato de membros do Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) e do Executivo (presidente da República, governador, prefeitos e vices) que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos, salvo nos casos de extinção, incorporação ou fusão da agremiação.

Jereissati também acolheu em seu parecer emenda de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelecendo que cada senador deverá ser eleito com dois suplentes do mesmo partido. Essa medida assegura que, em caso de um senador ser punido com a perda do mandato, seu substituto será do mesmo partido.



Maciel (D, ao lado de Tião Viana) é autor da proposta, que segue agora para a Câmara

A perda do mandato dos parlamentares, de acordo com a proposta, deverá ser declarada pela Mesa, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do mandato. Já a perda de mandato de ocupantes de cargos do Executivo deverá ser declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando se tratar de cargo eletivo federal, e pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito de sua jurisdição, quando for o caso de cargos eletivos estaduais e municipais, mediante comunicação da executiva nacional do partido.

Durante a discussão da proposta, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a matéria aprovada "estabelece regras bastante corretas sobre fidelidade partidária", além de fortalecer os partidos políticos. Já Marco Maciel afirmou que "a reforma política é essencial ao país", pois ajuda no aperfeiçoamento da governabilidade. Segundo Maciel, o Congresso não está dando a devida prioridade aos temas da reforma política, o que ocasionou as recentes decisões do Supremo Tribunal

Federal (STF) sobre o tema.

Jereissati frisou que a aprovação da PEC é um avanço, pois a fidelidade partidária "é essencial para que o país tenha uma democracia sólida e estável". Para Valadares, a aprovação da proposta é um momento de grande importância para o Parlamento. Por sua vez, José Nery (PSOL-PA) ressaltou que a emenda vai melhorar o funcionamento das organizações políticas brasileiras.

Na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), os senadores deram "um passo fundamental em um dos principais temas da reforma política". Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que os parlamentares foram "atropelados pelo Judiciário" porque ainda não haviam cumprido com seu dever de legislar sobre reforma política.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e outros também participaram da discussão da matéria e elogiaram a iniciativa de Marco Maciel.

Prejudicados por valorização do real poderão receber incentivos

O Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, projeto de lei (PLC 76/07) que concede benefícios fiscais e crédito subvencionado a produtores e exportadores de produtos considerados prejudicados pela valorização do real frente ao dólar e outras moedas.

A matéria, que agora vai à sanção presidencial, foi relatada favoravelmente pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e possibilita a fabricantes, processadores e exportadores, desconto integral do valor

das contribuições ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra ou produção de máquinas para construção e agricultura, calçados e produtos de couro, têxteis, confecções e móveis, entre outros.

Medida incluída na proposição aprovada permite o acesso a empréstimos subvencionados (com recursos da União) a empresas de beneficiamento de pedras ornamentais, madeira, couro e calçados e outros subprodutos.

Acolhido nome para diretoria do Dnit

O Senado aprovou ontem a indicação de Heraldo Cosentino para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), por 33 votos favoráveis e 17 votos contrários. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio

(AM), disse que os senadores do partido estavam liberados para votar da maneira que desejassem. Alertou, porém, que a alegria que via em parlamentares da base do governo em aprovar nomes para o Dnit poderia "converter-se em tristeza".

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico será regulamentado

O Plenário acatou ontem o Projeto de Lei da Câmara que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Entre as medidas previstas no texto estão a criação de um conselho diretor e a possibilidade de os recursos do fundo serem utilizados em empréstimos a empresas. Como foi aprovada sem modificações, a matéria segue agora para a sanção presidencial.

O projeto (PLC 80/07) define

a organização administrativa do FNDCT, estabelecendo ainda que o fundo contará com dotações no Orçamento anual e receberá parcelas dos royalties sobre a produção de petróleo e gás natural, além de parcela da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica, inclusive outras formas de financiamento. Os recursos deverão ser usados no apoio a pesquisas científicas, a programas de transferência de tecnologia, entre outros.

Márcia Kalume



Vignatti (E) e José Maranhão, presidente da CMO, na reunião que aprovou reestimativa

Comissão de Orçamento prevê arrecadação maior em 2008

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem acréscimo de R\$ 13,81 bilhões na previsão de arrecadação do governo federal para 2008, conforme proposto pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), em nome do Comitê de Avaliação de Receita. Dornelles anunciou que apresentará nova reavaliação das receitas da União no dia 10 de dezembro, assim que a Receita Federal divulgar novos números

de arrecadação.

Em seu relatório, o senador mantém como receita condicionada R\$ 40,07 bilhões da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Durante a votação, parlamentares do DEM manifestaram-se contra o acréscimo de receita baseada na CPMF, lembrando que o partido entrou no Supremo Tribunal Federal para derrubar o item do projeto

de Orçamento que prevê gastos com base nessa contribuição.

O colegiado acolheu também relatório preliminar do deputado Vignatti (PT-SC) ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

Ministro

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, irá explicar hoje, às 10h, aos parlamentares da comissão, o projeto do Orçamento federal para 2008.



Colombo, presidente da comissão, solicita estudos e servidores da Controladoria



Relator da CPI das ONGs, Inácio Arruda participou da reunião com Jorge Hage

CPI terá auxílio da Controladoria e de outros órgãos

O presidente e o relator da CPI das ONGs, senadores Raimundo Colombo (DEM-SC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), respectivamente, estiveram reunidos na terça-feira com o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU), para pedirem apoio do órgão nas investigações da comissão.

Em entrevista dada ontem à Agência Senado, Colombo avaliou positivamente a reunião. Segundo o senador, a CGU possui uma série de estudos e análises sobre atividades de organizações não-governamentais no país. Ele adiantou que na próxima terça-feira o colegiado deve aprovar requerimento oficializando o

pedido de apoio à CGU, inclusive com solicitação para que o órgão coloque à disposição funcionários para auxiliar os trabalhos da comissão internamente.

Colombo informou ainda que nas próximas semanas a CPI vai procurar apoio na Procuradoria Geral da União (PGU) e no Ministério da Justiça.

Arquivados ofícios sobre leis municipais inconstitucionais

A CCJ aprovou voto favorável ao arquivamento de duas proposições relativas a ofícios do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando inconstitucionais artigos de leis de Araçatuba (SP) e Porto Alegre (RS), e de mecanismos do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do município do Rio de Janeiro.

Os ofícios (OFSs 12/02 e 13/02) tratam de dispositivos da Lei 3.133/89, de Araçatuba, que instituem cobrança de taxa de conservação e serviços de estradas municipais. Os senadores aceitaram o argumento do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), de que os mecanismos em questão já estavam prescritos e, portanto, não haveria mais motivo para a CCJ apresentar ao Senado projeto de resolução para que fossem suspensos.

Âmbito de repercussão

Em relação ao OFS 25/02 sobre mecanismos de lei de Porto Alegre, o STF considerou inconstitucional a adoção de indexadores federais para reajustar remuneração de servidores municipais. Já os dispositivos (OFS 81/98) da Lei Orgânica do Rio de Janeiro foram considerados inconstitucionais porque permitia a acumulação de cargos de médicos e profissionais de saúde no serviço público.

Os dois ofícios, que tramitaram em conjunto com relatoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foram arquivados porque as decisões do Supremo tratavam de recursos em ações diretas de inconstitucionalidade com repercussão no âmbito federal, pois os dispositivos constitucionais dos estados em questão reproduzem normas da Constituição federal. Decisões desse tipo são aplicáveis em processo do mesmo tipo, para leis (ou suas partes) de qualquer esfera. Nesse caso, as normas saem automaticamente do ordenamento jurídico, sem necessidade de o Senado aprovar projeto para que venham a ser suspensas.

Regras para exame de indicações de autoridades são aprovadas na CCJ

Autor da proposta, Marco Maciel considera que procedimentos atuais são insuficientes para garantir adequado exame das qualificações e do histórico dos designados a cargos públicos

Proposta que fixa regras para exame, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de indicações de autoridades feitas pelo presidente da República foi aprovada ontem pela comissão. O ato exige que o indicado informe se atua como parte, seja como autor ou réu, em ação na Justiça, e anexe a tramitação atualizada do processo.

A proposta (Ato 1/07-CCJ) é de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), presidente do colegiado. Do texto original, constavam outras exigências, que foram suprimidas depois de os senadores chegarem à conclusão de que eram excessivas e, em alguns casos, envolveriam dados fiscais sigilosos.

Por determinação constitucional, a CCJ avalia as designações de ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM); do procurador-geral da República e de membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de elas

seguirem para o Plenário.

Maciel disse acreditar que o acerto das mudanças vai estimular as demais comissões técnicas da Casa a também atualizarem as regras para exame de indicações de autoridades que passam por seu crivo. Tanto o autor como os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM), relatores da proposta, concordaram com as alterações propostas ao texto – entre as quais a sugestão de Romero Jucá (PMDB-RR) para que os indicados que sejam advogados

fique dispensados de apresentar lista de seus clientes dos últimos cinco anos. Essa exigência, segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), estava em conflito com o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Suplicy foi autor de outra emenda, para deixar explícito que a votação do relatório com a indicação da autoridade só deve ocorrer depois que a sabatina tiver sido realizada na comissão.

Edison Lobão (PMDB-MA), que deixou de integrar a CCJ, também foi um dos relatores do ato.



Marco Maciel (D), ao lado de Valadares, preside reunião da Comissão de Justiça

Proposta agiliza procedimentos do tribunal do júri

Substitutivo ao projeto de lei que tem como objetivo tornar mais ágeis os procedimentos do tribunal do júri foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação simbólica. A matéria (PLC 20/07) vai ainda a votação em Plenário e, se o substitutivo for novamente acolhido, voltará à Câmara.

– São modificações profundas. O objetivo é acelerar os julgamentos e fazer com que o jurado responda a questões de fato, cabendo ao juiz as questões de Direito – declarou Demostenes Torres (DEM-GO), autor do substitutivo.

O senador lembrou que os

crimes julgados pelo tribunal do júri são os dolosos contra a vida, como o homicídio (não culposo), o infanticídio e o aborto. Entre as novidades está a possibilidade de o advogado de defesa e o promotor de Justiça fazerem perguntas diretamente ao acusado.

Audiência única

O substitutivo prevê a redução do número de audiências. Na primeira fase do procedimento, todos os atos serão concentrados em uma única audiência. Além disso, enquanto o Código de Processo Penal hoje determina que as testemunhas de acusação devem ser ouvidas em um prazo de 20

dias, quando o réu estiver preso, e de 40 dias, quando solto, o substitutivo prevê que o juiz marcará sua inquirição no máximo em dez dias, prazo que também contará para a realização das diligências requeridas pelas partes.

Demostenes disse que o substitutivo acaba com a possibilidade de protesto e solicitação de novo júri se o réu for condenado a pena superior a 20 anos. Mas ressaltou que o pedido de novo júri poderá ocorrer, mesmo com pena acima de 20 anos, quando houver “nulidades decorrentes do julgamento ou decisão manifestamente contrária à prova dos autos”.

Adiada análise de regimento para o Conselho de Ética

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania adiou ontem a votação do substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de resolução que cria um regimento interno para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Em razão da apresentação de novas emendas e da reunião de senadores com o presidente da República em exercício, José Alencar, a relatora solicitou que a apreciação da matéria fosse transferida para a reunião da próxima semana.

A necessidade de um regimento interno para o Conselho de Ética foi defendida por vários parlamentares durante as reuniões que trataram da primeira representação contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) por quebra de decoro parlamentar. O autor do PRS 38/07, que instituiu essa regulamentação, é o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Andamento

Uma das medidas do substitutivo prevê que, quando um senador for membro do Conselho de Ética ou corregedor do Senado e passar a responder a processo por quebra de decoro, será automaticamente afastado do cargo. Se o parlamentar for integrante da Mesa ou presidente de comissão e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho assim o decidir.

A apreciação da matéria na CCJ também não ocorreu na semana passada porque, na ocasião, os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Jefferson Péres (PDT-AM) solicitaram vista coletiva da proposta.

Empresas de telefonia podem ter que oferecer atendimento presencial

Os usuários dos serviços de telecomunicações passarão a ter direito a atendimento presencial, prestado pelas empresas concessionárias, para encaminhar “qualquer espécie de solicitação a respeito dos serviços ofertados pela prestadora”. A medida está prevista em projeto de César Borges (PR-BA), aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

O objetivo da proposta (PLS 502/07), que teve como relator o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), é permitir um atendimento mais personalizado aos clientes das empresas telefônicas, que têm dado preferência ao contato com os clientes através das centrais de atendimento telefônico. Em seu voto favorável, Zambiasi assinala que “proliferam abusos cometidos pelas operadoras” pelas centrais de atendimento.

– Na maioria dos casos, os usuários são remetidos a diversos atendentes, sempre precedidos de longos períodos de espera, que, ao final do procedimento, indeferem ou nem sequer se pronunciam definitivamente sobre o pleito do consumidor – afirmou Zambiasi.

O colegiado aprovou ainda

requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que solicita audiência pública a respeito das tarifas de telefone celular pré-pago. A reunião contará com a presença do ministro das Comunicações, Hélio Costa, que criticou, no início do mês, o alto preço das ligações feitas por esse tipo de aparelho.

Três outros requerimentos foram acolhidos pela CCT. O primeiro deles, de Expedito Júnior (PR-RO), solicita audiência relativa à aplicação da classificação indicativa de programas de rádio e televisão em estados que tenham horário oficial diferente do de Brasília. O segundo requerimento, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), pede audiência sobre “os limites legais para a regulamentação da propaganda comercial”. O último, do senador Flávio Arns (PT-PR), a audiência é sobre a “importância da ciência como meio da promoção da paz e do desenvolvimento”.

A comissão aprovou, em decisão terminativa, 25 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados do país.

Célio Azevedo



Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida por Wellington Salgado (E)

Comissão deve analisar hoje nove projetos de zonas de exportação

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve votar hoje, às 11h, nove projetos de lei que determinam a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs). Todos têm voto favorável dos seus relatores.

Os senadores do PSDB Arthur Virgílio (AM) e Mário Couto (PA) apresentaram dois projetos cada um, para seus respectivos estados. Virgílio pede a criação de ZPEs em Tabatinga e Itacoatiara (PLS 458/07 e PLS 457/07) e Mário Couto, em Tucuruí e Breves (PLS 489/07 e PLS 490/07). Outros projetos apresentados por senadores para a criação de zonas de exportação em seus estados são: PLS 529/07, de Kátia Abreu (DEM-TO), que solicita a criação

de ZPE em Gurupi (TO); PLS 441/07, de Jayme Campos (DEM-MT), para beneficiar Alta Floresta; PLS 491/07, de Marisa Serrano (PSDB-MS), contemplando Ponta Porã; PLS 534/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que institui ZPE em Anápolis; e PLS 361/07, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em Santana do Livramento.

A CDR deverá votar também projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que visa reduzir os encargos financeiros dos empréstimos concedidos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (PLS 362/07) e proposta de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui o “Selo Estatuto da Cidade” (PLS 69/07).

João Pedro, Jefferson Péres e Almeida Lima afirmam que não conseguirão concluir os relatórios até 2 de novembro, data sugerida por líderes partidários



Tuma (E), Jefferson Péres, Quintanilha, João Pedro e Almeida Lima: Conselho de Ética não chegou a consenso sobre entrega de relatórios

Relatores avaliam que prazo é curto para entregar pareceres

Os relatores dos três processos que tramitam no Conselho de Ética contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por quebra de decoro parlamentar, afirmaram ontem em reunião do colegiado que não conseguirão entregar seus pareceres até o próximo dia 2 de novembro – prazo sugerido por líderes partidários para a conclusão dos processos.

A reunião, convocada para discutir um cronograma de trabalho que permitisse a entrega dos pareceres no início de novembro, foi marcada por uma exposição de cada relator quanto a sua agenda, mas não houve consenso sobre a data para a conclusão dos relatórios. Ao iniciar a reunião, o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), lembrou a necessidade de se concluir os relatórios até o próximo dia 2, mas acentuou que o prazo não pode ser cumprido sob pressão.

O primeiro relator a falar foi João Pedro (PT-AM), responsável pelo processo que apura denúncia de que Renan teria usado seu prestígio político para favorecer a cervejaria Schincariol. O senador pelo Amazonas disse que já solicitou aos envolvidos e à Polícia Federal informações e documentos para a investigação dos fatos, mas até agora não obteve resposta.

– Podemos trabalhar aí com a perspectiva de até o dia 5 [de novembro] para concluirmos nossos trabalhos – frisou João Pedro.

Jefferson Péres (PDT-AM) – que investiga denúncia de que Renan Calheiros teria comprado, por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas – informou que não tem condições de entregar seu parecer sobre o caso antes do dia 15 de novembro. Aos demais membros do conselho, ele afirmou que já

notificou Renan para que envie a defesa até a próxima quarta-feira. Jefferson ainda deverá ouvir três testemunhas: Tito Uchoa, apontado como “laranja” de Renan; o empresário Nazário Pimentel, ex-proprietário de jornal que teria sido comprado pelo senador, além do empresário João Lyra, suposto sócio de Renan.

Almeida Lima (PMDB-SE), relator do processo que investiga denúncia de que Renan teria montado um esquema para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB, salientou que só recebeu as informações sobre a matéria na terça-feira e, portanto, não tem condições de estipular um prazo para concluir seu parecer.

– Posso entregá-lo em oito ou 15 dias, mas também em um ano. O que posso garantir é que, nas minhas mãos, esse processo não deixará de tramitar um único dia – observou.

Demostenes diz que Abrão o alertou sobre espionagem

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) confirmou ontem a conversa que teve, no dia 28 de setembro, em Goiânia com o empresário e ex-deputado Pedrinho Abrão.

– Nesse encontro, Abrão disse que Francisco Escórcio, então assessor de Renan Calheiros [PMDB-AL], estava espionando a mim e ao senador Marconi Perillo [PSDB-GO], já que nós dois seríamos favoráveis à cassação do então presidente do Senado – explicou.

“Eles estão achando que eu sou bandido”, disse o empresário a Demostenes, de acordo com o senador.

Abrão contou que Escórcio

o chamou para uma conversa no escritório do advogado Eli Dourado para lhe propor que fotografasse Demostenes e Perillo embarcando em jatinhos emprestados por empresários. As fotos seriam feitas no hangar que Abrão mantém no aeroporto de Goiânia.

– Estou esperando as cópias do depoimento do Abrão ao Tuma – frisou Demostenes, referindo-se à diligência feita na capital goiana pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), durante a qual Abrão negou o encontro com Escórcio.

Demostenes assegurou ter ouvido do empresário que Escórcio lhe falou sobre outras

investigações clandestinas que estaria coordenando em Goiânia com o objetivo de encontrar fatos comprometedores da vida dos dois parlamentares.

“Vamos ver se eles não mudam”, teria dito o assessor de Renan a Abrão, conforme relato deste último ao senador do DEM.

– Eu não posso afirmar que o Renan mandou fazer isso, mas a reunião ocorreu – observou Demostenes.

Marconi Perillo fez a mesma ressalva quanto à participação de Renan no episódio, e disse que está aguardando a degravação do material colhido por Tuma em Goiânia.

Jane Araújo

Senadores se manifestaram após reunião com o presidente da República em exercício, José Alencar, que expôs razões do governo para prorrogar contribuição

Prorrogação da CPMF divide opiniões em Plenário

Diversos senadores opinaram ontem no Plenário sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga até 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Eles se pronunciaram após encontro, pela manhã, com o presidente da

República em exercício, José Alencar, que esteve no Senado expondo os argumentos do governo em defesa da PEC.

Contrário à proposta, o oposicionista Alvaro Dias afirmou que o governo pode abrir mão da contribuição porque já tem receita tributária em excesso.

Já o líder do PMDB, Valdir Raupp, anunciou proposta de criar faixa de renda para isenção da cobrança da contribuição.

A PEC da CPMF chegou ao Senado na quarta-feira da semana passada e tem como relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a senadora Kátia Abreu.



ALVARO DIAS

Jefferson diz que aprova, mas quer redução

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que vai votar a favor da prorrogação da CPMF. Na sua avaliação, o PDT tem consciência de que o governo não pode dispensar a receita que esse imposto proporciona.

– E estou dizendo isso não para agradar o governo Lula, pois se estivesse no Planalto Fernando Henrique Cardoso ou Leonel Brizola, teria dito a mesma coisa – frisou o senador.

Jefferson Péres afirmou que o Senado viveu um “momento luminoso” na manhã de ontem, quando ocorreu a reunião entre o presidente da República em exercício, José Alencar, e os líderes partidários e presidentes de comissões. De acordo com o senador, Alencar não veio ao Senado apenas para demonstrar seu apreço pelo Legislativo, mas para pedir, sem barganhar, que a prorrogação da CPMF seja aprovada.

O senador informou que, na reunião, o PDT apresentou uma sugestão para redução da alíquota da CPMF começando no próximo ano, ao contrário da proposta do governo, de diminuir a alíquota a partir de 2011.



JEFFERSON PÉRES



MAGNO MALTA

Magno Malta defende recursos para programas sociais

Em resposta à provocação do colega Papaléo Paes (PSDB-AP), que afirmou pouco antes que ele votaria a favor da CPMF por ser da base do governo, Magno Malta (PR-ES) disse que sua posição favorável à manutenção da contribuição deve-se ao fato de acreditar que o imposto faz parte da “saúde orçamentária do país” e também ao fato de ele, Malta, “ter a visão posta nos menos favorecidos”.

O parlamentar ressaltou que irá votar pela prorrogação da CPMF como forma de garantir as políticas públicas de assistência social, caso do Bolsa Família.

Magno Malta disse também que, se o Democratas e o PSDB assumirem o governo em 2010, irão fazer o mesmo discurso no Congresso e terão parlamentares de seus partidos pedindo novamente, como já o fizeram no passado, a prorrogação da contribuição.

O senador elogiou a proposta do atual deputado federal e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, relator da PEC da CPMF na Câmara, que pretendia propor um escalonamento da contribuição até zerá-la em 2011.

João Pedro: não acolher CPMF é irresponsabilidade

O senador João Pedro (PT-AM) afirmou que a manutenção da CPMF é importante para a continuidade dos programas sociais e rejeitá-la seria de grande irresponsabilidade.

– Votar contra é votar contra o povo brasileiro – disse.

Os repasses, lembrou ele, são importantes para os excluídos dos processos econômicos. Além disso, bilhões são direcionados para outras áreas: R\$ 13,4 bilhões vão para a saúde, para atendimentos de alta e média complexidade, como hemodiálise, quimioterapia e cirurgias cardíacas, além de outros R\$ 6,7 bilhões que são destinados à Previdência.

– O Senado vai negar isso a esses brasileiros? – questionou o parlamentar petista.

Ele informou que países como Chile, Peru, Venezuela e Argentina estudam a hipótese de também cobrar a contribuição.

Em aparte, Efraim Morais (DEM-PB) acusou o PT de “ameaçar a classe política” para aprovar a prorrogação da CPMF e de mentir para o Brasil ao dizer que os programas sociais serão afetados com o fim da contribuição.



JOÃO PEDRO



VALDIR RAUPP

Raupp anuncia proposta para viabilizar aprovação

Após reunião da bancada na tarde de ontem, o líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), anunciou proposta formulada conjuntamente com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e com o presidente da República em exercício, José Alencar, para angariar o apoio dos senadores à prorrogação da CPMF e da DRU até 2011.

De acordo com Raupp, ficou acertado que o governo buscará acelerar a tramitação de um projeto de sua autoria que torna isentos da cobrança da CPMF pessoas com renda e movimentação financeira mensais de até R\$ 1.700. O projeto original falava em R\$ 1.200, mas o governo achou pertinente elevar a faixa de isenção.

Raupp informou que a matéria, que aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deve entrar na pauta da CCJ “o mais rápido possível” em regime de urgência, conforme acordo firmado com o governo. Nessas condições, ficaria garantido não apenas o apoio dos senadores do PMDB, mas também de outros partidos.

Para Alvaro, há receita tributária em excesso

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que, no momento atual, é possível abrir mão dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, cerca de R\$ 40 bilhões, porque há um excesso de receita. O governo, salientou, está arrecadando mais do que o previsto, por isso não colocaria em risco a continuidade dos programas sociais, mesmo sem mecanismos de controle dos gastos públicos.

– O governo está arrecadando mais do que o previsto, cerca de R\$ 60 bilhões a mais e, no próximo ano, a previsão é de R\$ 70 bilhões – afirmou.

A contribuição, disse o senador, é cruel porque promove a bitributação, ou cobrança em cascata, e atinge mais intensamente os cidadãos de menor renda. Por isso, explicou, seu partido votará contra a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que a prorroga até 2011.

Alvaro Dias também negou a realização de algum acerto para redução posterior da alíquota, atualmente em 0,38%, porque o governo não é “bom cumpridor de acordos”.

Expedito, Jayme e Papaléo querem modificações

Antes de iniciada a ordem do dia de ontem, diversos senadores se pronunciaram a favor e contra a prorrogação da CPMF.

Expedito Júnior (PR-RO) elogiou a postura do presidente interino da Casa, Tião Viana, durante a reunião com o presidente da Re-

pública em exercício, José Alencar. Essa atitude, segundo ele, teria contribuído para obter avanços no debate entre governo e oposição. Mesmo pertencendo a partido da base, Expedito Júnior avalia que não é possível votar a CPMF no Senado “da maneira pura e simples

que o governo quer”.

Mão Santa (PMDB-PI) posicionou-se contrário à prorrogação da CPMF, prevista inicialmente para ser provisória.

Jayme Campos (DEM-MT) criticou o governo por não buscar entendimento com a oposição so-

bre o assunto. Condenou também a prorrogação da contribuição por mais de duas vezes e a destinação de somente 42% de seu total para a saúde.

Papaléo Paes (PSDB-AP) insistiu na necessidade de o Senado rejeitar a prorrogação.



Fotos: Geraldo Magela

Expedito Júnior afirma que Rondônia deve ter isonomia com Roraima e Amapá

Expedito defende federalização de servidores de RO

Expedito Júnior (PR-RO) fez ontem um apelo para que a Câmara dos Deputados dê andamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 483/05, que trata da transferência dos servidores de Rondônia do quadro estadual para o quadro federal. A PEC, aprovada no Senado em 2005, sob o número 37/03, é de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO). Expedito Júnior lembrou que a proposta levou dois anos para ser aprovada no Senado, porém permanece engavetada na Câmara.

– É preciso dar tratamento isonômico a Rondônia, como já foi dado a Roraima e ao Amapá – protestou o parlamentar.



Papaléo critica adiamento de discussão sobre verbas para o setor da saúde

Papaléo lamenta adiamento de debate sobre saúde

O presidente da Subcomissão de Promoção e Acompanhamento em Defesa da Saúde, Papaléo Paes (PSDB-AP), lamentou o adiamento da audiência marcada para terça-feira passada destinada a debater a regulamentação da Emenda Constitucional 29. O adiamento se deu em função da falta de consenso sobre o assunto entre os senadores. A emenda trata de verbas para a saúde.

Papaléo explicou que a audiência deveria instruir o PLS 121/07, de autoria de Tião Viana (PT-AC), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos. A reunião terá que ser remarçada.

Relator do Comitê de Receitas, senador detalha reestimativa das receitas para 2008 e ressalta importância de começar o ano com uma proposta já aprovada pelo Congresso

Dornelles: votação do Orçamento não deve passar de dezembro

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) detalhou ontem ao Plenário os ajustes que fez para a reestimativa da receita prevista pelo Poder Executivo para o Orçamento de 2008. Ele lembrou que entregou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o Relatório da Receita para 2008 e propôs que o texto seja votado pelo Congresso em dezembro próximo, para evitar que o governo inicie o próximo ano sem um orçamento aprovado pelo Congresso, como já ocorreu em anos anteriores.

Segundo Dornelles, o Congresso “nasceu para votar o Orçamento”. Ele citou o exemplo dos países desenvolvidos, nos quais os parlamentos dedicam dois terços do seu tempo no exame e votação de matéria orçamentária. O senador sugeriu que, no Brasil, o Congresso



Francisco Dornelles sugere estudo mais detalhado do Orçamento pelo Congresso

também se dedique mais ao tema.

Uma vez que o projeto de lei do Orçamento chega ao Parlamento no dia 31 de agosto de cada ano, o Congresso, na avaliação de Dornelles, não tem mais do que 90 dias para examinar a proposta elaborada pelo Executivo. Para ele, existe

ainda uma “distorção no processo orçamentário”, que decorre da coincidência do ano-calendário com o ano fiscal.

– O presidente, os governadores e os prefeitos, quando assumem o cargo, permanecem um ano administrando o orçamento votado pelo governo anterior – disse.

Francisco Dornelles propõe que o ano fiscal do governo seja iniciado em julho de cada ano, terminando em junho do ano seguinte. Dessa forma, “quando um presidente ou um governador assumir o governo, o que ocorre em 1º de janeiro, ele pode enviar o projeto de lei orçamentária ao Legislativo até o final de março”. Nesse caso, a proposta seria votada até o final de junho, para vigorar no período de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte.

Osmar: zoneamento pode favorecer produção de biocombustíveis

Para homenagear o transcurso do Dia Mundial da Alimentação, comemorado na terça-feira, o senador Osmar Dias (PDT-PR) propôs a realização de um sério zoneamento agroecológico, econômico e social em todo o território nacional, para acabar de uma vez com as dúvidas sobre a produção de biocombustíveis e a de alimentos. O senador disse que essa medida poderá estabelecer uma melhor distribuição geográfica para os diferentes tipos de plantio.

Osmar mencionou a realização, na terça-feira, do congresso da Organização das Nações Unidas

para Agricultura e Alimentação (FAO), com a presença de chefes de Estado de 190 países, para celebrar o Dia Mundial da Alimentação. Ele lembrou que compareceu a evento semelhante em 1995, quando foi estabelecida a meta de diminuir em 50% a fome no mundo até 2015.

– É bom analisarmos se isso vem ocorrendo, porque já estamos em 2007. E a resposta é não. Hoje, no mundo, segundo a própria FAO, quase 1 bilhão de pessoas passam fome todos os dias – observou.

Para o senador, a existência do programa Bolsa Família significa



Osmar Dias prevê melhor distribuição geográfica para diferentes tipos de plantio

a negação da segurança alimentar, pois um país que oferece essa segurança não precisa distribuir cestas básicas. Ele afirmou que a segurança alimentar só é alcançada com soluções permanentes de combate à fome, que passam obrigatoriamente pela geração de empregos.

Paim destaca exigências do Bolsa Família

Paulo Paim (PT-RS) destacou o trabalho de acompanhamento de frequência escolar desenvolvido pelo programa Bolsa Família, do governo federal. Citando dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Paim afirmou que, nas escolas que enviam o índice de frequência para controle, apenas 2,13% dos alunos



Paim cita frequência escolar, vacinação e acompanhamento neonatal

têm frequência inferior a 85% das aulas, o mínimo exigido pelo programa.

– A melhoria das condições de vida dessas famílias está

ligada à educação de seus filhos. E isso é uma preocupação de todos nós – disse o parlamentar, que elogiou outras exigências do Bolsa Família, como a vacinação e o acompanhamento neonatal obrigatórios.

De acordo com outro estudo citado por Paulo Paim, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Bolsa Família é responsável pela redução de 21% da desigualdade social. O senador classificou o programa como uma “referência internacional” para organizações como o Banco Mundial.



Segundo Epitácio Cafeteira, Tuma identifica-se com os valores petebistas

Cafeteira saúda ingresso de Romeu Tuma no PTB

Em discurso pronunciado ontem no Plenário, o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) comemorou a entrada do colega Romeu Tuma (SP) no Partido Trabalhista Brasileiro. Conforme Cafeteira, o ingresso de Tuma é um “fato que honra e engrandece o partido”. O PTB, assinalou, é uma agremiação que luta pelas liberdades individuais e os princípios democráticos.

– Tuma identifica-se com esses valores e, também por isso, nós o recebemos de braços abertos – saudou Cafeteira.

Ele ressaltou que Romeu Tuma está no segundo mandato no Senado e foi eleito corregedor da Casa por sete vezes.

Ideli pede voto de aplauso à Fundação Cultural de Joinville

A líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (SC), encaminhou ontem à Mesa requerimento solicitando voto de aplauso para a Fundação Cultural de Joinville (SC) e para o Museu Arqueológico de Sambaqui, também de Joinville.

Conforme a senadora, ambas as entidades receberiam, na noite de ontem, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Educação Patrimonial, concedido para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O prêmio é promovido pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).



Ideli: destaque às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro